

# Psicanálise e neurociência: um diálogo (im)possível?

Alexandre Goellner<sup>1</sup>

## RESUMO

Em seus trabalhos, Freud afirmou, em muitos momentos, que a psicanálise era uma ciência natural e, portanto, sujeita aos métodos investigativos próprios destas, como o reducionismo, o determinismo e a materialização. Em seu trabalho *Projeto para uma psicologia científica* (1950 [1895]), ele parte dos conhecimentos neurobiológicos existentes na época, para traçar uma compreensão sobre o funcionamento do psiquismo. No entanto, tanto historicamente como na atualidade, a psicanálise sofre críticas dos meios científicos por não se submeter à metodologia e rigor exigidos para que seja creditada e validada pelas ciências ditas naturais, no caso específico, pela neurobiologia. Por isso, muitos a compreendem como pertencendo às ciências humanas, tal qual a literatura, a história, a política ou a economia. Outros mais radicais acusam-na de ser uma espécie de religião, centrada no messias Freud. Neste ínterim, surge o que foi denominado de neropsicanálise, uma forma pela qual, muitos psicanalistas vêm buscando validade científica para as teorias de Freud. Desacomodado com o tema, proponho um debate reflexivo sobre a posição histórica e atual da psicanálise frente às ciências, em especial à neurociência, sua validade como método terapêutico e como campo do conhecimento. Seria então a psicanálise uma ciência que engloba características mistas, ou seja, tanto da natureza quanto humanas? É possível um diálogo entre a psicanálise e a neurociência? Ou seriam os fundamentos epistemológicos tão

---

1 Médico Psiquiatra e psicanalista, membro associado do CEPdePA.

diferentes a ponto de tornar este diálogo impossível? Estaria a psicanálise situada num campo próprio do conhecimento e, portanto, não podendo se submeter às exigências científicas e metodológicas tradicionais da ciência? Ou por outro lado não poderíamos estar exagerando na pontuação das diferenças, correndo o risco de isolar em demasia a psicanálise do restante corpo de conhecimentos neurobiológicos?

**Palavras-chave:** Psicanálise. Neurociência. Neurobiologia. Pesquisa.

## 1 INTRODUÇÃO

Poderíamos pensar a psicanálise, num primeiro momento, bastante próxima da literatura e da filosofia. Também não é difícil imaginarmos a psicanálise transitando pela política, pela sociologia, antropologia e história. Poderíamos, dessa forma, pensar a psicanálise situando-se na esfera das ciências humanas, ou seja, num campo do conhecimento que visa compreender tudo aquilo que é produzido pela mão do homem.

Por outro lado, Sigmund Freud, o criador da psicanálise, tinha uma formação embasada nas ciências biológicas, e em muitos momentos de sua obra fez questão de frisar que a mesma se encontrava situada no campo das ciências naturais, ou seja, no campo científico que visa compreender os fenômenos da natureza que não têm ou que independem da ação do homem.

Podemos constatar, ainda, o quanto que a psicanálise é criticada pelos neurobiologistas por não se sujeitar aos rigores comprobatórios das ciências biológicas. Para muitos, a psicanálise nada mais seria do que uma pseudociência, ou seja, uma ciência baseada em premissas que não podem ser verificadas cientificamente e metodologicamente, com raízes um tanto dogmáticas.

Intrigado com o assunto, busquei percorrer alguns trabalhos sobre o tema, na busca por respostas para as seguintes indagações: A psicanálise é uma ciência? Se não, como poderíamos entendê-la? Se for, em que campo desta ela se situa? É possível um diálogo entre a psicanálise e a neurociência?

## 2 DESENVOLVIMENTO

Segundo o dicionário Aurélio, ciência (do latim *scientia*, traduzido por “conhecimento”), é um conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente os obtidos mediante observação, experiência dos fatos e um método próprio (FERREIRA, 1986). Pode ser entendida também como a soma de conhecimentos práticos que servem a um determinado fim.

Segundo Marcondes (2004), o pensamento científico surgiu na Grécia Antiga aproximadamente no século VI a.C. com os pensadores pré-socráticos que foram chamados de “Filósofos da Natureza” e também “Pré-cientistas”. Foi um período no qual a forma de pensar evoluiu gradualmente das explicações míticas, de tradição folclórica e cultural, baseadas no apelo ao sobrenatural, ao mistério, ao sagrado e à magia, ao pensamento filosófico-científico, segundo o qual as explicações sobre os fenômenos da natureza encontram-se na própria natureza, e não fora dela.

Posteriormente, no século IV a.C, temos o desenvolvimento da escola cética (do grego *skepsis*, “investigação”, “indagação”), que tem no filósofo Pirro de Élide (360-270 a.C.) um de seus principais expoentes. Pirro nunca escreveu uma obra filosófica, sendo mais conhecido através dos escritos de seus seguidores. Em sua obra *Hipotíposes pirrônicas*, o médico e filósofo Sexto Empírico (séc. II-III d.C) nos dá uma boa noção das características do pensamento do ceticismo antigo:

O resultado natural de qualquer investigação é que aquele que investiga ou bem encontra o objeto de sua busca, ou bem nega que seja encontrável e confessa ser ele inapreensível, ou ainda, persiste da sua busca. O mesmo ocorre com os objetos investigados pela filosofia, e é provavelmente por isso que alguns afirmaram ter descoberto a verdade, outros, que a verdade não pode ser apreendida, enquanto outros continuam buscando. Aqueles que afirmam ter descoberto a verdade são os “dogmáticos”; assim são chamados especialmente, Aristóteles, por exemplo, Epicuro, os estoicos e alguns outros. Clitômaco, Carnéades e outros acadêmicos

consideram a verdade inapreensível, e os céticos continuam buscando. Portanto, parece razoável sustentar que há três tipos de filosofia: a dogmática, a acadêmica e a cética (EMPÍRICO, 1562<sup>2</sup> *apud* MARCONDES, 2004, p. 93-94).

Segundo Empírico (*apud* MARCONDES, 2004), o ceticismo é colocado em oposição ao dogma. Enquanto o dogmático afirma ter encontrado a verdade, o acadêmico afirma que esta não existe e é inapreensível, enquanto que o cético segue constantemente em busca da verdade, mas sempre a colocando em dúvida. Podemos inferir, portanto, que o pensamento dogmático tende a colocar as ideias como sendo superiores ao que se observa, enquanto que o pensamento cético, ao contrário, tende a colocar a observação acima das ideias. Por mais que se observem fatos que desacreditem um dogma, este continuará sendo reinvestido até o final. Para o cético, ao contrário, se forem observados fatos que desconstruam a ideia inicial, a teoria terá de ser destruída ou modificada.

Apesar do nascimento na Grécia antiga, é com Renée Descartes, no século XVII, que temos a inauguração do pensamento científico moderno, ou racionalista. Descartes (1637) valoriza a dúvida e a razão, faz a divisão entre consciência e matéria, e estabelece as diretrizes básicas para o pensamento científico: verificar, analisar, sintetizar, enumerar. Da mesma forma, Galileu Galilei, no mesmo século, trabalhou com ideais racionalistas e naturalistas, contribuindo vigorosamente para a revolução científica da época.

No período iluminista (século XVIII) houve grande afloramento de ideais filosóficos, com Immanuel Kant (1724-1804) sendo um dos principais expoentes do período. Em seu trabalho *Crítica da razão pura*, Kant (1781) procura investigar as condições e possibilidades do conhecimento, ou seja, o modo pelo qual, na experiência de conhecimento, sujeito e objeto se relacionam e em que condições esta relação pode ser considerada legítima. “Sujeito” e “Objeto” são, para Kant (1781), termos relacionais, que só podem ser considerados como parte da relação de conhecimento, e não autonomamente. Há, portanto, uma distinção entre a

---

2 EMPÍRICO, S. **Hipotiposes pirrônicas**. Tradução para o latim por H. Etienne. [S. l.: s. n.], 1562.

realidade percebida e a objetiva (que ele chama de a coisa em si). Na realidade percebida, temos a relação entre o sujeito e o objeto, que é percebido através da experiência mental. Na realidade de fato (coisa em si), não há comunicação com o sujeito, que não tem capacidade e não pode percebê-la como de fato é.

A revolução industrial do século XVIII expressou a ascensão do poder da burguesia, demonstrando a eficácia do poder da ciência moderna do século anterior. A exaltação diante desse novo saber e novo poder leva à concepção do cientificismo, segundo o qual a ciência é considerada o único conhecimento possível, e o método das ciências da natureza o único válido, devendo, portanto, ser estendido a todos os campos da indagação e das atividades humanas. Nesse clima, desenvolve-se no século XIX o pensamento positivista, que tem Auguste Comte (1798-1857) como principal representante.

Comte (1830/42) propõe uma divisão das concepções humanas em três estados histórico-filosóficos diferentes: 1) teológico ou fictício, na qual os fenômenos da natureza são explicados por ação direta e contínua de seres sobrenaturais; 2) metafísico ou abstrato, em que as forças sobrenaturais continuam ativas, porém personificadas em seres do mundo real; e 3) científico ou positivo, quando a humanidade renuncia à procura de explicações absolutas para a origem e destino dos fenômenos universais, e passa a preocupar-se em descobrir e descrever, através do raciocínio e da observação, as leis que regem os fenômenos da natureza, reduzindo as explicações a termos da realidade observável. Enquanto que o primeiro é o ponto de partida necessário da inteligência humana, e o segundo sua ligeira modificação, o terceiro é considerado por Comte como o derradeiro destino para o qual tendem todos os sistemas conceptuais da humanidade.

É nesse contexto em que se encontrava Freud, na segunda metade do século XIX, ao se deparar com os sintomas histéricos, inexplicáveis pelos conhecimentos científicos da época. Os médicos e neurofisiologistas da época fracassavam ao tentar encontrar um substrato orgânico para esses sintomas, o que acabou por interessar o médico vienense para o estudo da interface entre o somático e o psíquico.

Através do seu grande interesse em acompanhar os estudos de Jean-Martin Charcot (1825-1893) e em seus trabalhos pré-psicanalíticos, em especial o *Projeto para uma psicologia científica*, Freud (1950 [1895]) vai revelar seu grande interesse

na neurociência, buscando traçar paralelos associativos entre um corpo de conhecimentos biológicos e o funcionamento do psiquismo. Porém, os conhecimentos neurofisiológicos da época eram deveras limitados, o que acabou por fazê-lo deixar de lado o campo neurobiológico. Logo em seguida, no trabalho *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900) vai postular a existência do principal pilar edificante de toda sua teoria: a existência do inconsciente e a sua primordial importância na constituição do psiquismo.

Através das décadas seguintes, Freud vai estruturar uma ampla teoria sobre o funcionamento psíquico, sempre se utilizando de um formato científico de pensamento, ou seja, baseado em hipóteses retiradas da observação clínica e testadas através de novas observações, que, quando necessário, o faziam reformular a teoria, e assim por diante.

Freud, no entanto, jamais deixou inteiramente de lado seu interesse pelas ciências neurobiológicas, tendo expressado em várias passagens de seus trabalhos, sua esperança de que, num futuro, o progresso das ciências pudesse fazer com que a fisiologia e a química cerebral participassem mais ativamente da descrição das experiências emocionais e dos fenômenos psíquicos.

Em além do princípio do prazer, ele nos diz:

As deficiências de nossa posição provavelmente se desvaneceriam se nos achássemos em posição de substituir os termos psicológicos por expressões fisiológicas ou químicas. [...] Podemos esperar que ela [a biologia] nos forneça as informações mais surpreendentes, e não podemos imaginar que respostas nos dará, dentro de poucas dezenas de anos, às questões que lhe formulamos. Poderão ser de um tipo que ponha por terra toda a nossa estrutura artificial de hipóteses (FREUD, 1920, p. 201).

Na atualidade, há correntes de pensamento que criticam a psicanálise e os psicanalistas de terem se fechado em círculos constrictos, nos quais a validade de suas teorias e do seu arsenal de recursos terapêuticos não é colocada em teste. Alguns, como o filósofo Karl Popper (1934), chegam a afirmar que a psicaná-

lise se trata de nada mais do que uma pseudociência, baseada em preceitos não verificáveis, não testáveis, estando, portanto, muito próxima de um sistema cujo funcionamento passa a ser dogmático/religioso.

Erik Kandel, prêmio Nobel de Medicina em 2000, por suas pesquisas e descobertas no campo da memória, provoca em 2006:

Se a psicanálise está satisfeita com sua atual situação, tudo bem. Freud será lido como Shakespeare ou Homero, como grande obra de iluminações literárias. Mas se quiser se tornar ciência precisa de uma base empírica. Freud teve inspirações interessantes, algumas das quais agora podem ser testadas pela neurociência (KANDEL, 2006, p. 381).

Os manuais de Classificação Internacional de Doenças (CID), que outrora incluíam termos como “neurose depressiva”, numa clara referência a termos psicanalíticos, acabaram por abolir, na atualidade (CID-10), qualquer menção que remeta à psicanálise, substituindo-os por termos mais ligados às alterações comportamentais (transtornos) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993).

No entanto, Thomas Kuhn (1962), um físico e filósofo estadunidense, em sua obra *Estrutura das revoluções científicas*, concebe a existência de, basicamente, dois tipos de perspectivas científicas: a perspectiva formalista (a ciência seria uma atividade completamente racional e controlada) e a perspectiva historicista (a ciência é entendida como uma atividade concreta que se dá ao longo do tempo e em cada época histórica apresenta peculiaridades e características próprias). Neste livro, Kuhn (1962) abre um leque de conhecimentos que vem a desafiar os preceitos da ciência formalista, levando também em consideração os aspectos históricos e sociológicos. Segundo ele, a ciência se desenvolve segundo determinadas fases: 1) estabelecimento de um paradigma (teorias extraídas da observação da realidade); 2) ciência normal (prática da ciência); 3) crise (quando os paradigmas não explicam certas observações da realidade); 4) ciência extraordinária (formulações de novos paradigmas); 5) revolução científica com estabelecimento de um novo paradigma.

Percebe-se, dessa forma, que o enfoque historicista de Kuhn dá importância para aspectos subjetivos no processo de investigação científica. Ele demonstra que a ciência não é só um contraste entre teorias e realidade, senão que há diálogo, debate, tensões e até lutas entre os defensores de distintos paradigmas. É precisamente nesse debate ou luta em que se demonstra que os cientistas não são apenas absolutamente racionais, não podem ser objetivos, pois nem a eles é possível afastar-se de todos os paradigmas e compará-los de forma objetiva, senão que sempre estão imersos em um paradigma e interpretam o mundo conforme o mesmo. Isso demonstra que, na atividade científica, influem tanto interesses científicos (ex.: a aplicação prática de uma teoria), quanto subjetivos, como, por exemplo, a existência de coletividades ou grupos sociais a favor ou contra uma teoria concreta, ou a existência de problemas éticos, de tal maneira que a atividade científica se vê influenciada pelo contexto histórico-sociológico em que se desenvolve.

Para Kuhn (1962) a ciência é subjetiva e evolui de modo a aproximar-se da verdade. Essa aproximação é feita pela substituição de teorias, paradigmas que são, segundo Karl Popper (1934), objetivamente melhores que a teoria ou que o paradigma anterior, sendo assim, a ciência, segundo este, objetiva. Mas Kuhn (1962) critica este ponto de vista e afirma que dois paradigmas são incomensuráveis, e a escolha entre um ou outro é também influenciada por fatores subjetivos.

Muitos psicanalistas também argumentam que a psicanálise não trabalha com a realidade externa, mas sim com a interna, psíquica. A psicanalista Bianca Maria Sanches Faveret, da Universidade Federal de Juiz de Fora, faz a seguinte consideração:

Se o terreno em que se move a neurociência é o do objetivismo, fica difícil pensar a possibilidade de sua articulação com a psicanálise. O próprio Freud já alertara muito claramente que os psicanalistas, em sua prática clínica, deveriam empregar a moeda corrente do país que estão explorando, isto é, a moeda da realidade psíquica, das fantasias inconscientes, e não a moeda da realidade externa (FAVERET, 2006, p. 23).



Ela segue:

Reiterando, os analistas não lidam com a realidade externa, material e “objetiva”, e sim com a realidade psíquica de seus analisandos. Sendo assim, qual o interesse, para a psicanálise, de uma integração com a neurociência? Mais ainda, de que nos adiantaria tentar reencontrar todas as exigências da lógica racional no seio da fantasia (FAVRET, 2006, p. 24).

O argumento situa-se desta forma, no fato de que, sendo a psicanálise um campo que lida com a realidade interna, traduzida sob forma de fantasias inconscientes, não se preocupa com a realidade externa, sendo que o trabalho do analista é o de ajustar e o de reunir “[...] esses materiais para construir um todo coerente, que não reproduz uma fantasia preexistente no inconsciente do sujeito mas fá-la existir ao dizê-la.” (VIDERMAN, 1990, p. 151-152).

Por outro lado, David E. Zimerman (2008), apoiando-se em ideias de Bion, vê importância numa psicanálise que também leve em consideração o consciente. Para ele, não há dúvidas da fundamental importância do inconsciente para o psiquismo, mas que os aspectos conscientes também ocupam importante espaço no cotidiano da vida psíquica. Para ele, a escuta clínica vem sofrendo transformações na análise, permitindo uma maior participação da percepção cognitiva consciente nas interações que provêm do inconsciente. Dessa forma, poderíamos advir que, não obstante o fato de que a moeda corrente de um povo é a sua realidade psíquica, também é fato que a necessidade de relacionamento entre os povos acaba por determinar a necessidade consciente de conhecimento de outras formas de linguagem, bem como seus respectivos significados.

Na atualidade, há um movimento que busca integrar o conhecimento das diferentes áreas das neurociências com o campo específico da psicanálise. Um trabalho publicado em 2010, por uma dupla de psicanalistas do Rio de Janeiro (DAVIDOVICH; WINOGRAD, 2010), teceu uma série de considerações ao tema desta possível, ou impossível integração. Elas constataram três grupos principais com diferentes correntes de pensamento a respeito dessa relação. O primeiro foi

chamado de grupo da hibridação, por propor uma composição entre a psicanálise e as neurociências em um novo campo, a neuropsicanálise. O segundo grupo é composto por aqueles que entendem que o diálogo entre essas partes não é possível, por entenderem que não há condições epistemológicas para tanto. E o terceiro grupo, que foi chamado de grupo de interlocução, compõe-se daqueles que acreditam não se tratar nem de hibridização, nem da impossibilidade de dialogar, mas sim da fertilidade de uma pesquisa interdisciplinar na qual as especificidades epistemológicas e metodológicas de cada campo são mantidas.

As autoras observaram no primeiro grupo que, não obstante um interesse num campo de interesse combinado entre as áreas, haveria uma tendência para privilegiar as neurociências em detrimento da psicanálise, caracterizando uma espécie de assimilação, com um conseqüente empobrecimento dos conceitos psicanalíticos (DAVIDOVICH; WINOGRAD, 2010). Um exemplo citado é quando o autointitulado neuropsicanalista Mark Solms<sup>3</sup> diz ter encontrado uma identificação entre os termos libido e circuito de recompensa, sendo que ambos funcionariam do mesmo modo, o que, segundo as autoras, se aproximaria de uma espécie de reducionismo explicativo. Noutro exemplo, Otto Kernberg<sup>4</sup> defende a pesquisa empírica de eficácia para a psicanálise, condição que, penso, traz uma desvantagem para esta última em relação ao seu reconhecimento como técnica terapêutica em comparação a outras técnicas ditas mais comprováveis, por trabalharem com desfechos mais objetivos, serem menos dispendiosas e terem menor tempo de duração (DAVIDOVICH; WINOGRAD, 2010). O psicanalista Luiz Carlos Nogueira (2004), num trabalho publicado sobre pesquisa em psicanálise, exemplifica que o caso Dora<sup>5</sup> poderia ser considerado objetivamente como de insucesso, já que houve descontinuação (abandono) precoce do tratamento, mas que, no entanto, não sabemos se o fato de ter interrompido o tratamento com Freud não tenha sido um passo importante para a organização psíquica da paciente, e assinala que os critérios de avaliação em psicanálise não podem adotar

3 SOLMS, M. Sigmund Freud hoy. *Revista Psicoanálisis*, 5, p. 115-119, 2007.

4 KERNBERG, O. The pressing need to increase research in and on psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 87, n. 4, p. 919-926, 2006.

5 FREUD, S. (1905 [1901]). Um caso de histeria. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 13-217. (Edição standard brasileira, 7).

critérios exteriores à própria psicanálise. Ou seja, os critérios avaliativos da psicanálise acabam por exigir critérios específicos dela própria.

O segundo grupo reconhecido no trabalho de Davidovich e Winograd (2010) é daqueles que não acreditam na possibilidade de intercâmbio entre a psicanálise e as neurociências. Basicamente composto por lacanianos, o grupo compreende que os conceitos epistemológicos entre essas áreas são deveras diferentes, o que impossibilita o diálogo. Baseando-se no pensamento de Lacan, os representantes desse grupo discordam de uma articulação entre psicanálise e neurociências, alegando ser uma proposta inviável, já que a psicanálise não poderia ser considerada uma ciência. Para eles, a posição lacaniana apenas reconhece que a psicanálise nasceu da ciência, tendo introduzido nela algo novo, que assume um valor de subversão. O discurso lacaniano orienta-se então, dessa forma, em sua maior parte, pelo raciocínio de que: “A psicanálise introduziu na ciência aquilo mesmo que, tendo-o inventado e sendo por ele sustentado, a ciência exclui, ou seja, o sujeito.” (ELIA, 1999, p. 43).

Dessa forma, o sujeito da ciência e o sujeito da psicanálise seriam o mesmo, portanto o sujeito da psicanálise não pode ser considerado um objeto de estudo da mesma forma que os referentes científicos. Imbriano (2008) observa que Lacan se orienta pelo marco epistêmico das ciências conjecturais, ou seja, aquelas cujos pressupostos não podem ser comprovados. Ou seja, ele acredita que a psicanálise se encontra num outro âmbito científico, separado das ciências que, usualmente, buscam incessantemente comprovar seus pressupostos. Dessa forma, o diálogo entre a psicanálise e as ciências neurobiológicas torna-se impossível e sem sentido.

Por fim, entre esses grupos, existe um terceiro que se move num campo intermediário, procurando aprofundar a interlocução entre Psicanálise e Neurociência a partir de alguns pressupostos (BEZERRA JÚNIOR, 2006), entre os quais se destacam: 1) a recusa ao fisicalismo e à crença segundo a qual a linguagem da Física é a linguagem de toda ciência, natural ou social e humana; 2) a adoção de uma posição não reducionista e, conseqüentemente, da recusa crítica ao projeto de tradução exaustiva da experiência subjetiva em termos biológicos e vice-versa; 3) a defesa do pluralismo teórico e metodológico na produção de conhecimento sobre o psiquismo humano, o que supõe o entendimento de que a manutenção das es-

peculiaridades epistemológicas de cada saber só pode enriquecer o conhecimento, e não limitá-lo; 4) o reconhecimento e a exploração da importância da corporeidade na vida psíquica, referida não apenas à problemática das representações conscientes e inconscientes do corpo, mas, sobretudo, à sua função determinante na constituição psíquica; 5) a adoção da postura interdisciplinar, segundo a qual a colaboração entre os campos de saber é necessária para a pesquisa dos diversos aspectos do psiquismo humano, sem que seja possível hierarquizá-los.

O terceiro grupo, portanto, compreende como possível um diálogo entre as neurociências e a psicanálise, salvaguardando-se suas especificidades e singularidades, sendo que desse diálogo se pode esperar um crescimento para ambas as partes, por consequência da tensão dialética entre ambas. Para esse ponto de vista, entende-se que a psicanálise não se reduz aos termos específicos das neurociências, pelo contrário, ela acaba por manter sua especificidade e amplitude de conceitos. Por outro lado, evita-se o seu isolamento de outras áreas do conhecimento, o que acaba por determinar uma tendência ao reconhecimento, à validação e ao crescimento do campo de atuação da psicanálise.

Realizando um exercício de raciocínio clínico, poderíamos partir de um exemplo hipotético: um paciente que procura tratamento devido a uma síndrome do pânico. A medicina, apoiada nas neurociências, pensará numa terapêutica que elimine os sintomas clínicos, através de terapia biológica (medicamentos) e, às vezes, psicoterapia. A terapêutica medicamentosa tem como objetivo fundamental a eliminação do sofrimento psíquico e da sintomatologia, assim como as psicoterapias de curto prazo, de fundamentação cognitivo-comportamental. A psicanálise, no entanto, entende que o sofrimento e a sintomatologia podem constituir-se, também, em oportunidade de crescimento psíquico, uma vez que são potenciais agentes comunicadores do mundo interno. Partindo dos trabalhos de Freud *Artigos sobre metapsicologia* (1915), *Além do princípio do prazer* (1920) e dos desdobramentos da segunda tópica (*O ego e o Id*, 1923), uma crise de pânico poderia ser compreendida como a irrupção de derivativos pulsionais não simbolizados e, portanto, não passíveis de apreensão linguística consciente, sintomas representativos, portanto, da pulsão de morte que, sabemos, possui um potencial destrutivo, mas também transformador. Se tais elementos puderem passar por

um processo de simbolização, proporcionada através da análise das associações livres, poderá ocorrer expansão dos potenciais psíquicos linguísticos, produtivos e criativos. Desse ponto de vista, o sofrimento, desde que não demasiadamente desorganizador, poderia ser mais bem tolerado e, porque não dizer, aceito, constituindo uma condição que possibilita a implicação do sujeito na sua própria doença, o que caracteriza e diferencia, fundamentalmente, a psicanálise de outras terapias. Dizendo de outro modo, na psicanálise deixa-se de ser paciente, para passar a ser analisante.

Outro importante diferencial da psicanálise é o fato de o analista estar muito mais implicado no processo terapêutico do que em outras formas de tratamento. Para se tornar analista, este deve necessariamente ter passado também por um processo de análise, condição que diferencia a psicanálise da medicina ou da psicologia, por exemplo. Dessa forma, na psicanálise, a separação entre analista e analisante, ou entre sujeito e objeto, não é tão grande, e assim temos a oportunidade de investigar o fenômeno da transferência, fenômeno esse que ocorre nas relações humanas em geral, mas que encontra na psicanálise uma forma e um processo de trabalho único e original, não encontrado em outras formas de terapia.

Mas há que se ressaltar, também, que as terapias neurobiológicas, na medida em que alcancem a possibilidade de melhorar a integração psíquica em situações fronteiriças, psicoses ou de outros sintomas mais desorganizadores, acabam por proporcionar um aumento potencial do campo de atuação da psicanálise para casos que, anteriormente, provavelmente não teriam indicação ou possuíam menor aplicabilidade. No caso hipotético acima, por exemplo, a utilização de uma terapêutica medicamentosa poderá proporcionar uma necessária redução dos sintomas para que o paciente/analísante possa pensar sobre os mesmos.

Outra diferença a se destacar é que na psiquiatria, amplamente apoiada na neurobiologia na atualidade, existe uma forma de pensar que busca sempre estabelecer um diagnóstico, dentro de determinadas categorias, criando conceitos com tendências mais estáticas, enquanto que a psicanálise, não obstante as variações entre as vertentes autorais, em medida geral parte da busca pela compreensão da psicodinâmica, ou seja, a maneira como os elementos do psiquismo relacionam-se entre si, associando-se assim mais a um conceito de movimento.

Freud, em seu trabalho sobre o *Interesse científico da psicanálise* (1913), lembra-nos, ainda, de maneira muito apropriada, que a psicanálise desperta o interesse não apenas da biologia e da psicologia, mas também pode ter amplas aplicações de estudos em filologia, filosofia, história, sociologia e educação, entre outras.

### 3 CONCLUSÕES

Concluo, ao final, que a psicanálise é sim, a meu ver, uma ciência, com características não mistas, mas sim originais, na medida em que possui um conjunto próprio de conhecimentos, construído a partir de décadas de trabalhos de pesquisa clínica, iniciados e exaustivamente fundamentados por Freud e seus subsequentes seguidores. Por ter como objeto de estudos, de interesse e de enfrentamento os fenômenos situados na fronteira entre o somático e o psíquico, entendo que ela se move num campo científico intermediário entre a neurociência e a psicologia, mas que possui também potencial de interlocução em muitas outras áreas do conhecimento humano.

No mundo atual globalizado, no qual existe uma clara tendência no sentido de buscar integrações, (não obstante as óbvias limitações e conflitos advindos desse processo), penso que o diálogo entre a psicanálise e a neurociência é não apenas possível, mas também necessário, na medida em que as velhas e novas problemáticas humanas carecem da busca incessante por soluções. Penso que a psicanálise poderia expandir seu campo de atuação e conhecimento ao se aproximar da neurociência, uma vez que as dinâmicas da interface mente-cérebro são de interesse mútuo, e que a neurobiologia acaba muitas vezes por perder grandes oportunidades de expansão ao não considerar a importância da psicanálise como uma das grandes ciências da atualidade.

É importante observar que os objetos de verificação da pesquisa em psicanálise não podem ser os mesmos da pesquisa em neurociência, uma vez que possui um corpo de conhecimentos próprio e singular e percorre, de certa forma, um caminho terapêutico diferente, no qual os elementos subjetivos e relacionais acabam por se sobressair. Nesta, os objetivos não são, necessariamente, a eliminação

de sintomas e do sofrimento, mas sim a expansão da subjetividade e da capacidade/qualidade relacional.

Considero que, se ambas as partes, psicanálise e neurociência, pudessem estar apropriadas e, portanto, pudessem falar desde um lugar científico, no sentido mais amplo possível do termo, ou seja, utilizando-se da capacidade de raciocínio lógico-dedutivo, curiosidade, mas também da capacidade de tolerância ao diferente/descoberto bem como evitando o dogmatismo, buscando manterem-se numa posição de horizontalidade (capacidade de estar lado a lado e de tolerar a tendência ao superposicionamento/assimilação), grandes progressos poderiam ser obtidos para ambas.

Parece-me, muitas vezes, que a psicanálise, por percorrer um caminho que, de certa forma, tende a ser inverso ao da neurociência, ao privilegiar mais o “subjetivo” do que o “objetivo”, acaba por ser mal compreendida e relegada a segundo plano. Penso que aqui reside o aspecto “subversivo” da psicanálise, de não se encaixar, de não se submeter às ditas “normas gerais”, o que justamente acaba por revelar sua beleza e seu mérito. Apenas que esta subversividade possa torná-la não isolada, mas sim, surpreendentemente atraente.

Para finalizar, lembro que Freud (1895), quando dos primeiros registros sobre a transferência, enxerga-a inicialmente como um obstáculo a ser superado para atingir os resultados terapêuticos. Pouco depois, quando da passagem do caso Dora, acaba por modificar paulatinamente sua compreensão, concluindo ser ela justamente a condição necessária pela qual se desenvolve o processo psicanalítico, num claro movimento de inclusão e valorização dos elementos relacionais e subjetivos ao processo terapêutico. Assim, penso que ciência e cientista não podem viver em separado, e que a criação da objetividade científica é um ideal um tanto necessário em alguns momentos e em determinadas situações, porém, inalcançável de uma maneira absoluta na medida em que o indivíduo humano é, inevitavelmente, atravessado pela relação com o outro e, portanto, está sempre (as)sujeitado a este. Nessa perspectiva, o olhar científico estará sempre, em algum grau, subjetivado, o que não diminui o seu valor. Pelo contrário, por conter o potencial de evitar os perigos segregantes do reducionismo e do determinismo, acaba por constituir-se num potencial de enriquecimento e pluralização dos campos científicos e, porque não dizer, das relações humanas.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA JÚNIOR, B. O impacto das biotecnologias: um ponto de vista. **Ide: psicanálise e cultura**, São Paulo, v. 29, n. 43, p. 50-56, 2006.

COMTE, A. (1830/42). Curso de filosofia positiva. *In*: COMTE, A. **Curso de filosofia positiva, discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo, catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 33-113. (Os pensadores).

DAVIDOVICH, M. M.; WINOGRAD, M. Psicanálise e neurociências: um mapa dos debates. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 801-809, out./dez. 2010.

DESCARTES, R. (1637). **Discurso do método**. São Paulo: Ática; Brasília: UnB, 1989.

ELIA, L. Uma ciência sem coração. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 41-53, 1999.

FAVERET, B. M. S. Neurociências e psicanálise: há possibilidade de articulação? **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 15-26, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREUD, S. (1895). Estudos sobre a histeria. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 39-316. (Edição standard brasileira, 2).

FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 13-655. (Edição standard brasileira, 4-5).

FREUD, S. (1913). O interesse científico da psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 165-192. (Edição standard brasileira, 13).



FREUD, S. (1915). Artigos sobre metapsicologia. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 111-266. (Edição standard brasileira, 14).

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 13-75. (Edição standard brasileira, 18).

FREUD, S. (1923). O Ego e o Id. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 13-80. (Edição standard brasileira, 19).

FREUD, S. (1950 [1895]). Projeto para uma psicologia científica. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 333-444. (Edição standard brasileira, 1).

IMBRIANO, A. El drang más allá del modelo neurofisiológico. **Psicoanálisis y el Hospital**, Buenos Aires, v. 18, n. 33, p. 181-186, 2008.

KANDEL, E. R. **Em busca da memória**: o nascimento de uma nova ciência da mente. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KANT, I. (1781). **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

KUHN, T. S. (1962). **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NOGUEIRA, L. C. A pesquisa em psicanálise. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 1-2, p. 83-106, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

POPPER, K. R. (1934). **Lógica da pesquisa científica**. São Paulo: EDUSP, 1985.

VIDERMAN, S. **A construção do espaço analítico**. São Paulo: Escuta, 1990.

ZIMERMAN, D. E. Análise do consciente: a função do pensar. *In*: ZIMERMAN, D. E. **Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 203-209.

## Psychoanalysis and neuroscience: an (im)possible dialogue?

### ABSTRACT

In his works, Freud stated, in many moments, that psychoanalysis was a natural science and, therefore, subject to their own investigative methods, such as reductionism, determinism and materialization. In his work “project for a scientific psychology”, he departs from the neurobiological knowledge existing at the time, to trace an understanding about the functioning of the psyche. However, both historically and today, psychoanalysis is criticized by scientific media for not submitting to the methodology and rigor required for it to be credited and validated by the so-called natural sciences, in the specific case, by neurobiology. Therefore, many understand it as belonging to the human sciences, such as literature, history, politics or economics. Other more radicals accuse her of being a kind of religion, centered on the Messiah Freud. In the meantime, what has been called neuropsychanalysis arises, a way in which many psychoanalysts have been seeking scientific validity for Freud’s theories. Dismayed by the theme, I propose a reflexive debate on the historical and current position of psychoanalysis in the face of science, especially neuroscience, its validity as a therapeutic method and as a field of knowledge. Is psychoanalysis, then, a science that encompasses mixed characteristics, that is, both nature and human? Is a dialogue between psychoanalysis and neuroscience possible? Or are the epistemological foundations so different as to make this dialogue impossible? Is psychoanalysis situated in a field of knowledge and, therefore, not being able to submit to the traditional scientific and methodological requirements of science? Or on the other hand we could not be exaggerating the score of differences, at the risk of isolating too much the psychoanalysis of the remaining body of neurobiological knowledge?

**Keywords:** Psychoanalysis. Neuroscience. Neurobiology. Research.